A MÍSTICA DA GUERRA I

Dag Tessore

Aquilo que levou santos e teólogos a justificar a guerra não é uma abordagem mais terrena, mais material da realidade, mas exatamente o oposto: uma visão radicalmente espiritual do mundo, segundo a qual a alma é mais importante que o corpo e portanto a lesão ou a morte do corpo físico não é tão trágica como é sentida hoje à luz de uma "idolatria" do corpo, de uma obsessiva tutela da imunidade corporal e da saúde física e de uma concepção fundamentalmente materialista da existência, segundo a qual a morte do corpo é a morte de tudo.

Com frequência se acredita, além disso, que a guerra santa seja uma "peculiaridade" do Islã. Mas não é assim. Ao contrário, podemos dizer que no cristianismo ela teve um papel e uma importância maiores, tanto historicamente como teologicamente. Hoje estamos habituados a ver uma Igreja promotora da paz e da não-violência, mas durante cerca de mil e quinhentos anos a idéia de guerra por Deus foi aprovada e praticada pela Igreja, com a sustentação teológica e espiritual de muitos de seus padres, doutores e santos. (...) O pacifismo extremado, característico da mentalidade atual, é em certo sentido uma verdadeira "exceção" no quadro da história do pensamento humano; talvez uma exceção bem-vinda, mas certamente não em sintonia com as autoridades filosóficas e espirituais e com a opinião pública de quase todos os tempos e de quase toda civilização.

Os defensores da guerra santa, tanto no islamismo como no cristianismo, não podem ser acusados de "esquizofrenia": homens por um lado pios, devotos e de espírito ascético e, por outro, prontos a matar seus irmãos. Não se trata nem de esquizofrenia, nem de hipocrisia, nem de incoerência. Santo Agostinho, São Tomás, Maomé e Khomeini estavam profundamente e seriamente convencidos de que fosse justo e pio recorrer, em alguns casos, às armas. Era um discurso plenamente lógico e coerente com sua fé cristã ou islâmica. Santo Agostinho permanecia e queria permanecer sempre fiel ao Evangelho de Jesus Cristo, e sua aprovação da guerra não se distancia minimamente de tal fidelidade, como ilustraremos no primeiro capítulo desta obra.

A justificação religiosa da guerra não é um fato marginal na história das religiões; principalmente no cristianismo e no islamismo ela está contida nos livros sacros (Bíblia, Corão); no caso da Igreja Católica, foram as autoridades supremas dos doutores, dos papas e dos concílios ecumênicos que deram sua chancela. Seria, portanto, historicamente errôneo ver nas cruzadas e na *jihad* fenômenos "periféricos", ocasionais, como desvios da religião "verdadeira", provocados por grupos minoritários e fanáticos ou por qualquer pensador exaltado.

A esse propósito deve-se acrescentar que tornar equivalentes o cristianismo e o Evangelho é redutor tanto na perspectiva histórica quanto doutrinal; o Evangelho é apenas uma parte (mesmo que naturalmente a mais importante e essencial) dessa religião. Se nos referimos em particular à Igreja Católica, a sua doutrina, hoje como sempre, é que o Evangelho é a revelação de Deus, mas junto ao Antigo Testamento, aos Pais da Igreja e ao magistério. Para ver, portanto, o que diz o cristianismo sobre a guerra, não há sentido basear-se apenas no Evangelho.

(...)

A breve exposição traçada neste capítulo pretende mostrar, com base em dados históricos, em textos e documentos, o quão próxima é a ligação entre religião cristã e a idéia de guerra santa. Leve-se em conta, de qualquer forma, a desejada "parcialidade": se, como mostraremos em seguida, o Antigo Testamento é rico em referências a guerras sacras, ele também se aprofunda em elogiar a paz e a concórdia entre os povos; paz que tem na Bíblia, no entanto, um sentido diverso daquele que lhe atribuímos hoje: a paz não é "ausência de guerra", pacifismo, não-violência, mas paz com Deus, dócil obediência ao Criador, além de paz derivada da observância da justiça, da religião, da correta ordem social e cósmica. Como bem observa monsenhor Marra, a palavra hebraica *shalom* ("paz") tem "um sentido mais amplo e global (...) que significa completeza e integridade e que exprime a condição ou o estado do homem que vive em harmonia com a natureza, consigo mesmo, com os outros homens e com Deus".[1] Na linguagem patrística, aquilo que é contrário à paz (*eirene*) cristã não é tanto a guerra (*polemos*) quanto a malevolência e a inveja (*fthonos*), a competição e a discórdia (*eris*).

Nas páginas que seguem procuramos nos limitar no número de citações. Para demonstrar o quanto a Igreja tenha acolhido a idéia da guerra santa, poderíamos tê-las decuplicado, mas nos satisfizemos em transcrever apenas aquelas mais significativas e garantir ao leitor que elas são representativas não de alguma tendência teológica militarista, mas da constante, universal e oficial doutrina cristã (especialmente católica).

(...)

OS PRIMEIROS TRÊS SÉCULOS DO CRISTIANISMO

A religião cristã, até o início do século IV, se encontrava em uma condição de minoria dentro do império romano e era com frequência perseguida violentamente. A Igreja, edificada e representada naquele tempo principalmente por seus grandes

---

[1] G. Marra, *Tendenze del mondo cattolico sul tema della pace e della guerra*, conferência realizada em 20 de janeiro de 1992 no Centro Alti Studi per la Difesa, cit. em E. Cavaterra, *Sacerdoti in grigioverde*, Milão, Mursia, 1993, p. 245.

apologistas, como Tertuliano, Atanásio e Orígines, se preocupava em demonstrar à sociedade civil a própria fidelidade à instituição imperial, contanto que isso não significasse uma adesão ao paganismo de Estado. E é exatamente esse ponto que explica a atitude dos primeiros Pais em relação à atividade militar. Muitos deles (como Lactâncio, Cipriano, o Tertuliano de *De corona* e de *De idolatria*) adotaram posições claramente antimilitaristas, mas não por uma condenação da guerra em si, mas porque ser soldado naqueles séculos no exército romano significava dever prestar juramento à autoridade pagã e cultuar a divindade do imperador, coisas que um cristão não podia fazer sem trair a própria fé. Isso não quer dizer que as idéias pacifistas de um Lactâncio, por exemplo, não pudessem ser genuinamente tais, para além de qualquer consideração sobre a idolatria em que incorreria um cristão que entrasse no exército romano imperial. Escreve Lactâncio:
"A religião não é para ser defendida matando, mas morrendo, não com a agressividade, mas com a paciência. (...) *Se quiser de verdade defender a religião por meio do sangue, dos tormentos e do mal, não a defende, mas a corrompe e a viola."*[2]

Na *Lettera a Diogneto* é lembrado que Cristo veio "para salvar com a persuasão, não para praticar a violência, porque a violência (*bia*) não condiz com Deus".[3] Tertuliano disse que aos cristãos "Deus proibiu de portar a espada",[4] e do centurião San Marino narra Eusébio que deveria "escolher entre a espada e o Evangelho".[5] Clemente de Alexandria não se cansa de repetir que os cristãos são "homens de paz (*eirenikoi anthropoi*)", "soldados de paz", "exército incruento".[6] Orígines recorda que qualquer recurso à violência é injusto, mesmo quando se trata de legítima defesa.[7]

A tendência ao pacifismo do cristianismo dos primeiros séculos também se deve ao espírito ascético de renúncia a qualquer realidade mundana, espírito particularmente vivo nos ambientes monásticos e favorecido pela falta de qualquer engajamento político da Igreja até Constantino. Os primeiros cristãos se sentiam *xenoi*, isto é, estrangeiros na terra, estranhos às coisas do mundo, como diz ainda a *Lettera a Diogneto*,[8] os cristãos são *paroikoi*, ou seja, forasteiros, peregrinos, "à margem" em relação aos acontecimentos terrenos. Completamente voltados para o Céu, eles obedecem às leis civis e "suportam qualquer coisa como estranhos", mas

---

[2] Lactâncio, *Divinae institutiones*, V, 20.
[3] *Ad Diognetum*, VII, 4; cf. Irineu, *Adversus haereses*, IV, 37, 1; Clemente de Alexandria, *Quis dives salvetur*, X, 2; XXI, 2; Hipólito, *Refutatio omnium haeresium*, x, 33, 13; Tertuliano, *Ad Scapulam*, II, 2; etc.
[4] Tertuliano, *De idololatria*, XIX, 3.
[5] Eusébio de Cesarea, *Historia eclesiastica*, VII, 15.
[6] Clemente de Alexandria, *Paedagogus*, III, 54, 2; *Protrepticus*, CXVI, 2.
[7] Orígines, *Contra Celsum*, III, 8.
[8] *Ad Diognetum*, V, 5.

não têm nenhum interesse em inserir-se na política e nas lutas sociais. Sua atitude, portanto, não é de condenação ao mundo, às instituições sociais, à política civil e militar, mas a sequela de uma vocação diversa: a vocação espiritual, "sacerdotal". Aos sacerdotes e aos monges, modelos para todos os cristãos, os antigos concílios proibiam de assumir cargos civis ou militares.[9] Enquanto "sacerdotes da humanidade", portanto, os cristãos deviam permanecer puros da contaminação dos interesses mundanos, mesmo reconhecendo a necessidade (para a existência terrena e civil) das instituições políticas, das leis, das sanções e das próprias guerras.

Interessante a esse propósito é a posição de Orígines,[10] segundo a qual a guerra em si pode ser justa e aceitavel, mas os cristãos não podem participar dela a não ser com suas rezas. Se, portanto, por um lado Orígines proíbe os cristãos de usar as armas, por outro considera que a própria Igreja possa abençoar ações de guerra, quase sacralizando-as com suas orações e sua intercessão.

Na verdade, desde a época de Constantino o cristianismo, a partir do exemplo do Novo Testamento, recorre abundantemente à linguagem guerreira, mas quase sempre em sentido metafórico, referindo-se à luta interior do homem (a guerra incansável contra os demônios e os vícios, continuamente evocada principalmente nos escritos monásticos), ou à luta cósmica entre o Bem e o Mal (Cristo triunfante sobre as trevas e sobre Satanás).

Com base no que foi dito até agora resulta claramente que o cristianismo dos primeiros séculos foi sem dúvida "pacifista" e se afastou nítida e visivelmente do zelo guerreiro dos hebreus da Bíblia. Diante de tal constatação tende-se geralmente a reconhecer, como diferenciação característica do cristianismo em relação ao judaísmo, exatamente essa sua brandura, indulgência, não-violência, em contraposição ao zelo, ao "fanatismo" e à violência dos macabeus ou dos zelotes. Na verdade, parece, porém, que as coisas não são exatamente assim. Os grandes apologistas da não-violência cristã, como Tertuliano, São Cipriano e Clemente de Alexandria, eram movidos por um zelo religioso — como se deduz de seus próprios escritos —, por uma severidade ascética e por uma intransigência que nada perde para aquela dos macabeus. Esses apologistas, por assim dizer, estariam mais que prontos a combater pela sua fé (como de fato estiveram prontos a morrer martirizados) e a eles não faltava o zelo dos macabeus, mas simplesmente, por uma consciente e explícita escolha de fé, haviam optado por não "responder ao mal com o mal" e por "deixar-se matar em vez de matar".[11] A não-violência, na verdade, constituía, nos primeiros cristãos, uma forma não de

---

[9] Cf. *Concilio di Nicea I*, can. XII; *Concilio di Calcedonia*, can. VII.
[10] *Contra Celsum*, VIII, 73.
[11] Tertuliano, *Apologeticum*, XXXVII, 5.

indulgência ou de “fraqueza”, mas de intransigência, pela qual os pacifistas mais convictos eram também os mais severos na moral e na doutrina, como Cipriano e Hipólito. Quem, ao contrário, aceitava eventualmente ou aprovava o uso das armas, mostrava ser um fraco, rebaixado a compromissos com a mentalidade deste mundo e com a lógica malvada do império romano pagão. O cristão, em vez disso, devia se manter puro, íntegro até o martírio e não devia se deixar contaminar por este mundo e pelas dinâmicas tão “humanas” do Estado.

Para compreender a diferença substancial entre essa escolha pacifista dos primeiros cristãos e o pacifismo difuso hoje (um pacifismo que nasce com freqüência de uma fé fraca e de uma falta de zelo religioso), é útil levar aqui em consideração o próprio exemplo dos macabeus e de seus seguidores. Eles combateram duramente para defender a Lei de Deus, seu zelo os levou ao ponto de matar e de morrer para reagir ao avanço da colonização helenística “laicista” e permissiva. No entanto, entre os próprios zelotes do círculo dos macabeus, alguns, ainda mais devotos e intransigentes, decidiram não combater em dia de sábado, certamente não por falta de zelo ou por indulgência em relação ao paganismo, mas para manter-se tenazmente fiéis a Deus não transgredindo nem mesmo o repouso do sábado. Devido a essa sua extrema intransigência, julgada excessiva até mesmo pelos macabeus, eles proclamaram: “Morramos todos em nossa inocência” (1Mc 2,37), e foram massacrados pelos pagãos e “morreram eles, suas esposas, seus filhos e seus rebanhos. Eram cerca de mil pessoas”. E ao assalto dos inimigos “eles não lhes responderam, não lhes atiraram uma só pedra e não obstruíram a entrada dos esconderijos”.

A atitude dos primeiros cristãos, portanto, pode ser comparada não tanto com o pacifismo de hoje, mas com a heróica escolha dos extremistas zelotes, nos quais a disposição ao martírio expressa o mesmo zelo ardente por Deus dos combatentes da guerra santa. Os mártires cristãos eram conhecidos não pela sua “elasticidade” e pacífica relaxação, mas, como testemunha Plínio o Jovem, por sua “teimosia e inflexível obstinação”,[12] pronta para tudo, inclusive para o martírio, para não transgredir a Lei de Deus, a qual, além disso, proibia-os de derramar sangue. Como um integrista judeu teria preferido ser morto a comer carne de porco (ver 2Mc 7,1–6), da mesma forma um integrista cristão estava pronto a morrer no lugar de louvar um ídolo, violar a castidade e o pudor ou mesmo manchar as mãos de sangue.

CONSTANTINO E O NASCIMENTO DO IMPÉRIO CRISTÃO

Em 313 o imperador Constantino, com o chamado Édito de Milão, declarou lícita a religião cristã. Terminava assim, depois de mais de duzentos anos, a penosa

---

[12] Plínio o Jovem, *Epistolae*, X, 96, 3.

trajetória das perseguições e martírios. Nos tempos de Constantino os cristãos já eram numerosos em todas as classes sociais e a decisão do imperador alterou, portanto, radicalmente a fisionomia do Estado romano: todos aqueles que até então tinham sido secretamente cristãos, quer fossem funcionários imperiais ou oficiais do exército, podiam agora abertamente professar sua fé. A nova religião entrava assim na estrutura política do Estado.

Em 314 Constantino adotou como *vexillum* de seu exército o sinal da cruz (ou talvez o monograma de Cristo): foi uma escolha que teve consequências enormes. Entrar no exército significava não mais render culto a divindades pagãs e a um imperador perseguidor, mas colocar-se a serviço de uma autoridade cristã, com a adesão à cruz de Cristo. Pela primeira vez a cruz foi içada como símbolo oficial da bênção celeste sobre as tropas imperiais e, sempre por decreto de Constantino, nos acampamentos das legiões foi imposta a presença de uma tenda para a celebração do culto divino. O exército torna-se assim "ministro da vontade de Deus", com o qual o próprio Deus combate, como diz Eusébio de Cesaréia,[13] o biógrafo oficial de Constantino.

É natural, portanto, que a atitude da Igreja em relação à guerra e ao exército também mudasse sensivelmente. Santo Atanásio escreveu:

"Não é permitido matar, mas destruir os inimigos em guerra é legítimo e digno de elogio, de forma que o mesmo ato é proibido se for considerado de certo ponto de vista e praticado em lugar errado, enquanto é normal e permitido quando considerado por um outro lado e praticado em seu devido tempo."[14]

Antes de Constantino, ser militar no exército significava ter de se curvar à idolatria, por isso se procuraram todas as motivações teológicas para demonstrar que a guerra era contrária ao espírito cristão. Depois de Constantino, ao contrário, se procuraram todas as provas, racionais e teológicas, para mostrar a licitude da ação militar no plano de Deus. E as provas, principalmente quando se tratava de reinterpretar o Antigo Testamento, certamente não faltavam. Firmico Materno, por exemplo, escrevia:

"Vocês também, veneradíssimos imperadores, devem por necessidade, por ordem do Sumo Deus, reprimir e punir a idolatria e perseguir severamente os crimes. Escutem com atenção aquilo que Deus ordena a esse propósito. (...) *Ordena não perdoar nem filho nem irmão e exorta a traspassar com a espada vingadora os membros de sua cara Esposa. Persigam também o amigo com sublime severidade,*

[13] Eusébio de Cesaréia, *Demonstratio evangelica*, VII, 1.
[14] Santo Atanásio, Carta *Panta men kalà* a Amun.

estimulem o povo a despedaçar os corpos dos ímpios e determinem a destruição de cidades inteiras, quando surpreendidas na superstição."[15]

A posição de Firmico Materno é muito violenta; os outros Pais tinham uma atitude muito mais equilibrada. Mas a perspectiva já é clara: o uso da força é lícito e necessário, se tem como fim o bem, a justiça e o serviço de Deus. **"É preferível uma guerra louvável a uma paz que separa de Deus"**, dirá São Gregório de Nazianzo.[16] Muitos Pais continuarão a pensar que a guerra, mesmo sendo justa, não diz respeito aos cristãos, os quais devem se manter "limpos do sangue". E se antes se concedia que pelo menos os pagãos, para o bem da coisa pública, pudessem combater, agora que o Estado se tornou cristão a abstenção da política e da milícia fica prescrita somente para os sacerdotes e os monges; aos laicos, ao contrário, e especialmente às autoridades, é concedido "combater segundo a justiça",[17] porque, como diz São Basílio, "os governantes devem ser víndices dos preceitos de Deus".[18]

Os imperadores cristãos não transcuraram esse seu dever. Ao contrário, realizaram-no com extremo rigor. Os filhos de Constantino o Grande, Constanzo II e Constante prescreveram a pena de morte para quem fosse surpreendido praticando a religião pagã.[19] Em 28 de fevereiro de 380, Teodósio I, com o Édito de Tessalônica, tornou obrigatória para todos os cidadãos do império "a religião transmitida pelo divino apóstolo Pedro aos romanos".[20] Em 10 de julho de 399, o imperador Arcádio deu ordem de demolir os templos pagãos,[21] e em 448 Teodósio II e Valentiniano III mandaram queimar os escritos dos filósofos pagãos. Essas práticas foram retomadas depois, no século VI, por Justiniano, o qual, em seu célebre *Codex* legislativo, confirmou a pena de morte para quem rendesse culto aos deuses e impôs penas muito severas a quem se recusasse a ser batizado.[22]

O clero foi geralmente consenciente, pelo menos quanto aos princípios, com a política intolerante dos imperadores. Santo Ambrósio: "Fui eu que pus fogo naquela sinagoga! Sim, porque na verdade fui eu que os ordenei incendiá-la, para que não exista lugar algum em que Cristo seja negado!".[23] E, por mais que nos possa parecer paradoxal, o mais aguerrido foi principalmente o ambiente

---

[15] G. Firmico Materno, *De errore profanarum religionum*, XXIX, 1.
[16] São Gregório de Nazianzo, *Orationes*, II, 82.
[17] Eusébio de Cesaréia, *Demonstratio evangelica*, I, 8.
[18] Basílio o Grande, *Regulae morales*, LXXIX.
[19] Cf. *Codex Theodosianus*, XVI, 10, 2–6.
[20] *Codex Theodosianus*, XVI, 1, 2.
[21] Ivi, XVI, 10, 16.
[22] Cf. *Codex lustiniani*, I, 11, 10.
[23] Santo Ambrósio, *Epistolae*, XL. Contrário a semelhante intolerância foi, por sua vez, o intelectual "humanista" Cassiodoro: cf. *Variae*, II, 27.

monástico. Um fervoroso zelo religioso levava inumeráveis monges a devastar os vestígios do paganismo: "Portando bastões, pedras e armaduras de ferro destroem os templos",[24] descreve amargurado o reitor pagão Libânio, "lançam por terra os muros, tombam as estátuas e derrubam os altares".[25] O venerando Pai do deserto egípcio Scenute, abade do monastério Bianco de Atripe, considera justo colocar fogo no santuário de Kronos em Salinum em 430, e São Martinho de Tours é elogiado pelo seu biógrafo por haver sistematicamente destruído os templos pagãos na França.[26] Também São João Crisóstomo "escolheu alguns ascetas plenos de zelo ardente e os enviou para destruir os templos" na Fenícia.[27]

SANTO AMBRÓSIO E SÃO JERÔNIMO

Os grandes Pais da Igreja latina elaboraram uma precisa teologia da guerra, que servirá de fundamento espiritual e moral para os sucessivos mil e quinhentos anos de história do Ocidente cristão. Já Santo Ambrósio, impregnado de sentimento cívico romano, explica que a guerra, se voltada para o bem comum e a defesa da pátria, é obra justa e meritória. No *De fide* interpreta como guerra santa entre o Bem e o Mal a guerra entre o imperador cristão Graziano e os godos heréticos.

São Jerônimo, que traduziu grande parte das Sagradas Escrituras do hebraico e do grego para o latim e era compreensivelmente investido de espiritualidade e sensibilidade bíblica, também repete o adágio segundo o qual "não é cruel quem degola os cruéis".[28] Em seu comentário para o livro do profeta Naum, sustenta, além disso, que os males infligidos ao homem nesta vida o poupam de males bem maiores na vida futura:

"Se [Deus] parece cruel, rigoroso e sangrento pelo fato de haver aniquilado o gênero humano com o Dilúvio e haver feito chover fogo e enxofre sobre Sodoma e Gomorra, (...) *saibam que Ele inflige castigos na vida presente com o objetivo de não dever punir na vida eterna.* (...) *[Igualmente] é desejável para os adúlteros que eles venham a sofrer com breve e rápida pena no presente, com o fim de poupá-los da pena eterna."*[29]

[CONTINUA...]

---

[24] Libânio, *Pro templis*.
[25] Ivi, VIII–IX.
[26] Cf. Sulpicio Severo, *Vita sancti Martini*, XIII.
[27] Teodoreto de Ciro, *Historia eclesiastica*, V, 29.
[28] São Jerônimo, *Commentaria in Isaiam prophetam*, V, 13.
[29] Id., *Commentaria in Naum*, I, 9.

Retirado de: *A mística da guerra: espiritualidade das armas no Cristianismo e no Islã*. São Paulo: Nova Alexandria, 2007, p. 17, 18, 25, 26, e 32–37.